

COMISSÃO DE TURISMO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE TURISMO AO PROJETO DE LEI Nº 7.581, DE 2014

Regulamenta o serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, realizado em regime de fretamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta

Art. 1º. Esta Lei regulamenta o serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, realizado em regime de fretamento, e dá outras providências.

Art. 2º É vedada a prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, em regime de fretamento, por pessoa física.

Art. 3º. O serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, executado por pessoa jurídica em regime de fretamento, depende de autorização e se destina à condução de pessoas, sem cobrança individual de passagem, não podendo assumir caráter de serviço aberto ao público.

Parágrafo único. Para empresas que pretendam operar com cinco ou mais veículos, a autorização prevista no caput dependerá de prévia disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito ao consumidor.

Art. 4º. São aptos a operar no serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, executado por pessoa jurídica em regime de fretamento, os veículos classificados pelo Conselho

Nacional de Trânsito - CONTRAN - como M2 ou M3 (vans, micro-ônibus e ônibus).

Art. 5º. O serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, executado por pessoa jurídica em regime de fretamento, compreende as seguintes modalidades:

I – de fretamento contínuo;

II – de fretamento turístico;

III – de fretamento eventual.

§ 1º São características do serviço prestado na modalidade de fretamento contínuo:

I - o contratante é pessoa jurídica;

II – o contrato de fretamento é registrado em cartório;

III – o contrato tem prazo determinado, estando nele previstos o itinerário, a frequência e o horário de início do transporte;

IV – a relação dos passageiros, necessariamente vinculados ao contratante por contratos de trabalho ou de prestação de serviço ou por associação, integra o contrato;

§ 2º São características do serviço prestado na modalidade de fretamento turístico:

I - o contratante é pessoa física ou jurídica;

II – exige formalização em contrato e emissão de nota fiscal;

III – o contrato prevê o itinerário, a data e o horário de início do transporte;

IV – a relação dos passageiros integra o contrato;

V – é realizado segundo a modalidade turística, prevista em legislação específica, que lhe seja aplicável.

§ 3º São características do serviço prestado na modalidade de fretamento eventual:

- I - o contratante é pessoa física ou jurídica;
- II – exige formalização em contrato e emissão de nota fiscal;
- III – o contrato prevê o itinerário, a data e o horário de início do transporte;
- IV – não tem motivação turística;

Art. 6º. Não será imposta qualquer forma de diferenciação de limites de distância ou tempo de viagem para os veículos aptos a prestarem os serviços previstos nesta lei.

Parágrafo Único. Os motoristas de todos os veículos que prestarem os serviços de que trata esta lei sujeitar-se-ão aos limites legais estabelecidos para a jornada diária de trabalho do motorista profissional.

Art. 7º. A autorização para a prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, executado por pessoa jurídica em regime de fretamento, deve ser requerida à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos do regulamento.

Parágrafo Único. Não será imposto limite de idade de frota para qualquer categoria de veículo apto a prestar os serviços previstos nesta lei, entretanto, para os veículos com mais de dez anos de fabricação, a periodicidade de vistoria será, no mínimo, semestral.

Art. 8º O capital social integralizado mínimo para formalização de pessoa jurídica apta a prestar os serviços de que trata esta lei será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 9º Caberá à ANTT a definição do valor de seguro de responsabilidade civil do transportador, que deverá ponderar valores diferentes para veículos que tenham dimensões e capacidades diversas, refletindo as magnitudes dos riscos envolvidos.

Art. 10. Compete à ANTT fiscalizar a prestação do serviço de que trata esta Lei, cumprindo e fazendo cumprir as cláusulas e condições avençadas nas outorgas e aplicando penalidade pelo seu descumprimento.

Parágrafo Único. Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as taxas de fiscalização ou qualquer outra taxa decorrente de serviço prestado ou posto à disposição pela ANTT terão seus valores diferenciados e favorecidos para microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para os veículos da categoria M2.

Art. 11. Os veículos deverão dispor de sistema de monitoramento, conforme características descritas em resolução específica da ANTT.

Art. 12. Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação, aplica-se àquele que, sem autorização, presta o serviço de que trata esta Lei o disposto no art. 231, inciso VIII, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Art. 13. Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 09 de dezembro de 2015.

Deputado **ALEX MANENTE**
Presidente